

Migrações internacionais e desenvolvimento: o impacto socioeconômico das remessas na Colômbia

David Khoudour-Castéras

As remessas que chegam à Colômbia cresceram muito nos últimos anos, e o seu peso na economia é cada vez maior. Este artigo analisa em detalhes os diversos impactos exercidos por essas correntes de divisas, tanto no plano econômico como no social, e busca também destacar os riscos potenciais no longo prazo. Nessa perspectiva, mostramos como foi a evolução das remessas na Colômbia nos últimos anos, ressaltando o peso que têm na economia nacional e procurando entender as características socioeconômicas, tanto dos remetentes como dos beneficiários. Faz-se a seguir um diagnóstico do fenômeno das remessas na Colômbia: embora possam contribuir para melhorar a situação do país, vêm acompanhadas de uma série de custos capaz de prejudicar, no longo prazo, a economia colombiana.

David Khoudour-Castéras
Coordenador da Linha de
Pesquisa sobre Migrações
Internacionais
Faculdade de Finanças, Governo e
Relações Internacionais
Universidad Externado de Colombia
✉ david.khoudour@uexternado.edu.co

I

Introdução

Nos últimos anos, as remessas se tornaram o novo Graal dos estudos sobre desenvolvimento. A chegada em massa dos capitais enviados pelos trabalhadores migrantes ao seu país de origem parece suprir numerosas falhas dos países em desenvolvimento, em particular os problemas de financiamento que nem o investimento estrangeiro direto, nem a ajuda externa para o desenvolvimento conseguem resolver. Contudo, não há consenso quanto aos efeitos reais das remessas sobre o desenvolvimento. Os mais otimistas as consideram a solução mais viável para impulsionar o crescimento econômico e melhorar o bem estar social nos países mais pobres do planeta, enquanto os mais pessimistas só vêem nas remessas um fator suplementar de dependência, capaz de piorar a situação dos países de destino. Como sempre, em casos assim, a verdade se situa entre essas duas posições extremas e depende em grande parte das condições econômicas e sociais do país que as recebe, assim como do uso dado às remessas.

Nesse aspecto, a Colômbia constitui um caso de estudo particularmente interessante para entender melhor o impacto das remessas sobre o desenvolvimento. Os envios cresceram muito rapidamente nos últimos

anos, e o seu peso na economia é cada vez maior. Os estudos sobre o tema se multiplicaram —talvez ainda mais rápido do que as próprias remessas; mas a polêmica continua viva. Assim, este artigo pretende analisar em detalhe os efeitos provocados pelas remessas, tanto a nível econômico como social, e também destacar os potenciais riscos desses fluxos de divisas no longo prazo.

Com essa perspectiva, a Seção II mostra a evolução das remessas para a Colômbia nos últimos anos, destacando o peso que representam na economia nacional e buscando entender as características socioeconômicas tanto dos remetentes como dos beneficiários. A Seção III faz um diagnóstico do fenômeno das remessas na Colômbia. Mostra que, embora as remessas possam contribuir para melhorar a situação do país, vêm acompanhadas de uma série de custos que poderia prejudicar a economia colombiana no longo prazo. Portanto, a política pública não pode orientar-se apenas para a redução dos custos de envio das remessas, ou para a canalização destas para o investimento produtivo, mas deve proporcionar opções viáveis de desenvolvimento, que permitam reduzir a dependência da economia colombiana em relação a esses fluxos.

II

Panorama das remessas na Colômbia

1. Tipologia das remessas

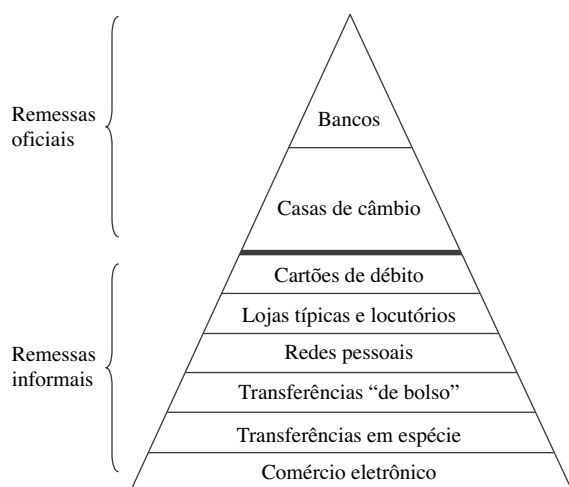
De maneira geral, é possível definir as remessas como a parte da renda disponível que os migrantes mandam ao seu país de origem. Há diversas formas de transferir esses fundos (Gráfico 1). Além das remessas oficiais, que utilizam a intermediação dos bancos e casas de câmbio, os migrantes recorrem a vários canais informais que lhes permitem reduzir o custo das transferências financeiras internacionais. Assim, existe um mercado informal de remessas, cujos atores principais são as lojas de artigos típicos e os locutórios, locais que oferecem serviços de chamadas telefônicas, instalados

nas principais cidades de imigração. Os donos desses estabelecimentos oferecem, além da atividade principal, o serviço de transferência de fundos a um custo menor que as instituições financeiras.

Outro canal informal é a criação de uma conta bancária no país de acolhida. O migrante regularmente deposita dinheiro nessa conta e os familiares retiram as quantias desejadas num caixa automático, com um cartão de débito enviado pelo migrante. Embora essas remessas transitem pelo sistema financeiro formal, são difíceis de observar nas estatísticas oficiais, já que não aparecem como transferências interpessoais de dinheiro. Muitas vezes, a melhor forma de baratear

GRÁFICO 1

Tipologia das remessas



Fonte: Elaboração própria.

e até de eliminar os custos de transação é através das redes pessoais, isto é, amigos ou familiares que viajam ao país de origem e aceitam levar consigo dinheiro vivo. Da mesma forma, uma parte das remessas circula nos bolsos dos próprios migrantes, quando viajam de férias ou quando voltam em caráter definitivo ao país de origem.

Embora as remessas sejam essencialmente monetárias, as transferências em espécie representam outra forma de transferir parte das rendas dos migrantes; a viagem ao país de origem constitui então a oportunidade de levar presentes aos membros da família. Também o comércio eletrônico se tornou um mecanismo de transferência cada vez mais comum. Os migrantes compram diretamente pela *internet* o que desejam que a família receba em casa. A multiplicidade dos canais de transferência de remessas torna muito difícil a medição desse fenômeno. Assim, segundo o Banco Mundial, a metade das remessas mundiais não é contabilizada (Ratha, 2005), o que representa mais uma dificuldade para medir o seu impacto sobre o desenvolvimento dos países beneficiários. Apesar dessa dificuldade, o propósito deste artigo é avaliar as possíveis repercussões da chegada em massa de remessas à economia e à sociedade colombianas. Para tanto é necessário analisar, em primeiro lugar, a evolução dos fluxos de remessas na Colômbia nos últimos anos.

2. Aumento maciço das remessas

A Colômbia já tem uma larga tradição de emigração. Depois da participação do país na Guerra da Coréia, os Estados Unidos, mediante o Programa *Bracero*, abriram suas fronteiras, aos trabalhadores colombianos, que puderam assim contribuir para a expansão econômica americana dos anos 1950 e 1960. Mais tarde, nos anos 1970 e 1980, cerca de 500.000 colombianos foram morar na Venezuela, onde a demanda de trabalho havia crescido drasticamente com a bonança petrolífera dos anos 1970. Finalmente, o fenômeno migratório se expandiu significativamente nos anos 1990, sob a ação conjunta do conflito armado e da crise econômica. O conflito armado contribuiu para o aumento da emigração por três razões principais. Primeiro, os enfrentamentos entre os vários participantes armados do conflito (guerrilheiros, paramilitares e forças regulares) levaram a população civil, em especial os camponeses, a fugir das zonas de combate e a buscar, seja nas principais cidades do país ou no estrangeiro, um espaço de paz. As ameaças recebidas por numerosas famílias colombianas por parte de algum dos grupos beligerantes também obrigaram muitas delas a exilar-se para escapar dos seus perseguidores. E, por último, essa guerra contra a sociedade civil tem tido um custo econômico elevado. Os colombianos sofrem indiretamente com a violência política, através da crise econômica e do desemprego que ela gera. Nesse sentido, a crise econômica foi particularmente forte na segunda metade dos anos 1990, provocando um acentuado aumento da emigração colombiana.

O resultado desse processo de emigração em massa é que, segundo o censo de 2005¹, cerca de 3,3 milhões de colombianos residem no exterior, ou seja, 8% da população total (DANE, 2006). As mulheres representam 51,4% dos emigrantes; a idade média da população colombiana no exterior é de 25,4 anos. As principais zonas de expulsão são o Valle del Cauca (24,1% do total dos emigrantes colombianos), Bogotá (18,7%), Antioquia (11,9%), Risaralda (7,8%) e Atlântico (6,6%). Os principais países de destino são Estados Unidos (35,4% do total), Espanha (23,3%), Venezuela (18,5%), Equador (2,4%) e Canadá (2,2%).

¹ Os resultados do Censo 2005 podem ser consultados na página da web: <http://www.DANE.gov.co/censo/>.

Em consequência do acentuado aumento do número de emigrantes², o envio de remessas à Colômbia se disparou nos últimos anos. Entre 1995 e 2006, o montante das remessas oficiais na Colômbia se multiplicou por quase cinco, passando de US\$ 809 milhões em 1995 para US\$ 3,89 bilhões em 2006. A Colômbia ocupa, assim, o terceiro lugar na América Latina em recebimento de remessas, logo atrás do México e do Brasil (Quadro 1). Por outro lado, em termos do PIB a porcentagem não é tão alta na Colômbia (3,3% em 2005) como em outros países da região, sobretudo Jamaica (19,0%), Haiti (20,7%) e Honduras (21,2%). No entanto, o peso das remessas no PIB colombiano é

mais alto do que no Brasil (1,1%) ou no México (2,8%), e esse peso tem aumentado com o tempo (Quadro 2). Assim, em 1990, as remessas representavam apenas 1% do PIB colombiano e 6,9% das exportações; em 2005, essas cifras são, respectivamente, de 3,3% e 15,9%. Em 2006, as remessas representavam o segundo item mais importante do orçamento colombiano, depois do petróleo, mas antes do carvão, do café, do ferro-níquel e das esmeraldas (Gráfico 2). Durante três anos (2002-2004), as remessas chegaram a superar o investimento estrangeiro direto (Gráfico 3). A diferença mais significativa ocorreu em 2003, quando a Colômbia recebeu US\$ 3,06 bilhões em remessas e apenas US\$ 1,758 bilhão em investimento estrangeiro direto. Em 2005, no entanto, o investimento estrangeiro direto (US\$ 10,255 bilhões) foi muito superior às remessas (US\$ 3,314 bilhões), devido, essencialmente, à venda do grupo Bavaria à empresa britânico-sul-africana

² Segundo estimativas do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), em 1990 se encontravam no exterior 1,7 milhões de colombianos, 1,9 milhões em 1995 e 2,3 milhões em 2000.

QUADRO 1

América Latina: Remessas, 2005

País	Milhões de dólares	% do PIB
1. México	20 034	2,8
2. Brasil	6 411	1,1
3. Colômbia	3 314	3,3
4. Guatemala	2 993	9,3
5. El Salvador	2 830	17,1
6. República Dominicana	2 682	9,1
7. Peru	2 495	3,2
8. Equador	2 005	6,4
9. Honduras	1 763	21,2
10. Jamaica	1 651	19,0
11. Haiti	1 077	20,7
12. Bolívia (Estado Plurinacional da)	860	8,5
13. Nicarágua	850	16,9
14. Argentina	780	0,4
15. Paraguai	550	7,2
<i>Total América Latina</i>	<i>52 608</i>	

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2006.

QUADRO 2

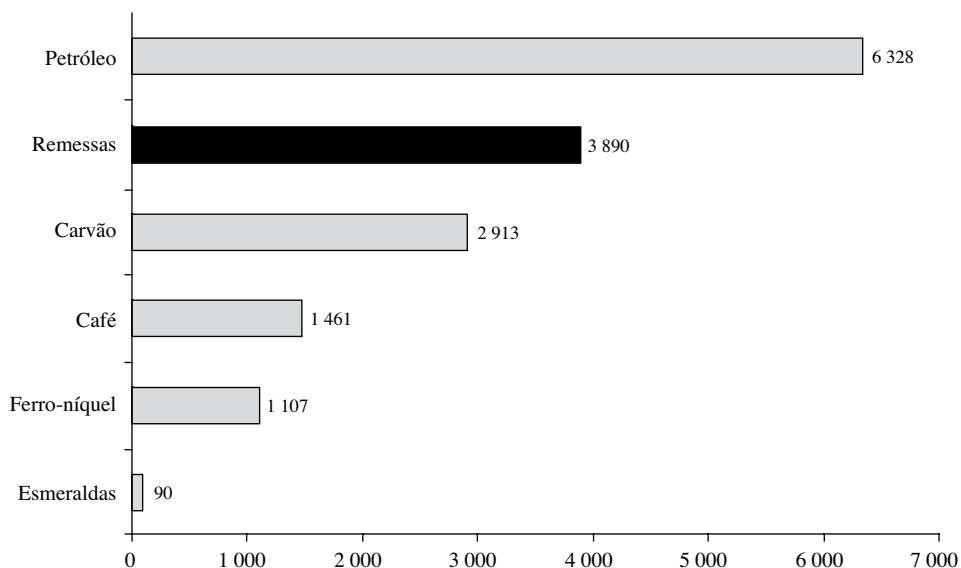
Colômbia: Peso das remessas na economia

	1990	1995	2000	2005
Remessas (milhões de dólares)	488	809	1 578	3 314
% do PIB	1,0	0,9	1,9	3,3
% das exportações	6,9	8,0	12,0	15,9

Fonte: Cálculos do autor a partir de dados do Banco de la República.

GRÁFICO 2

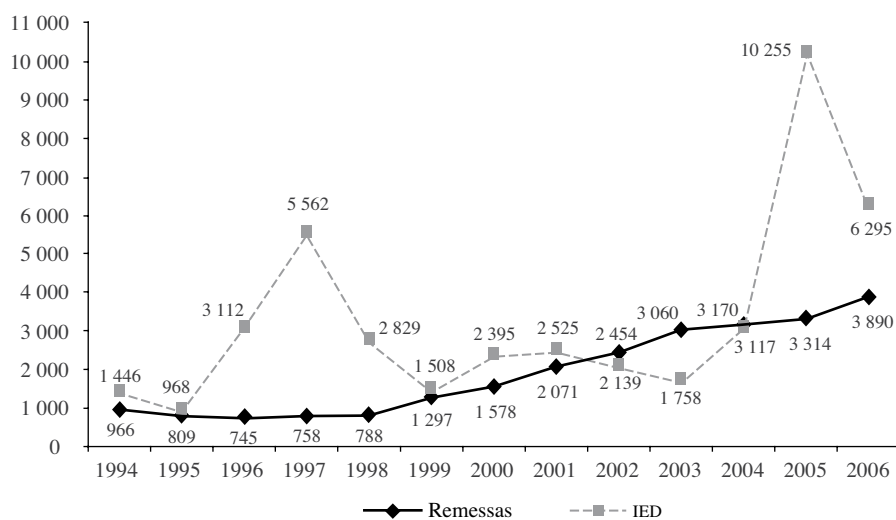
Colômbia: Principais componentes das transações correntes, 2006
(Em milhões de dólares)



Fonte: Banco de la República.

GRÁFICO 3

Colômbia: Remessas e Investimento Estrangeiro Direto, 1994-2006
(Milhões de dólares)



Fonte: Banco de la República.

Sabmiller por um montante equivalente a US\$ 8 bilhões. Em 2006, o investimento estrangeiro direto foi superior às remessas, mas a diferença se reduziu de maneira significativa. Isso reflete o caráter altamente cíclico do investimento estrangeiro direto, em oposição à entrada de remessas, que é muito mais estável.

3. Remetentes e beneficiários das remessas: quem são eles?

Nos últimos anos foram feitos vários estudos para determinar o perfil tanto dos remetentes como dos beneficiários das remessas, bem como o uso que estes fazem delas. Os estudos mais notáveis são os de Garay e Rodríguez (2005) e de Gaviria e Mejía (2005). O primeiro foi elaborado com o apoio técnico do Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas (DANE), do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), e se concentra nos domicílios da Área Metropolitana Centro Ocidente, formada pelos municípios de Pereira, Dosquebradas e La Virginia, no departamento de Risaralda. O segundo estudo consiste em uma pesquisa realizada pela internet, visando conhecer melhor o comportamento dos colombianos no exterior³. Esses dois trabalhos, apesar das limitações inerentes a esse tipo de exercício, oferecem dados interessantes para a análise das remessas na Colômbia.

Segundo essas pesquisas, a metade das remessas provém dos Estados Unidos e uma quarta parte da Espanha, o que corresponde aproximadamente à divisão geográfica dos emigrantes colombianos. Cerca de 75% dos colombianos no exterior envia remessas; a maioria dos remetentes é migrante recente. A quantidade média mensal remetida fica entre US\$ 240 e US\$ 300 dólares. Esse montante tende a subir durante os primeiros anos da migração, à medida que os migrantes melhoram as suas condições financeiras, e só começa a diminuir depois de cerca de dez anos de vida no país de recepção, como consequência, entre outras, do processo de reagrupação familiar. De fato, a principal razão pela qual os migrantes mandam dinheiro à Colômbia é porque uma parte

de sua família (cônjuge, filhos, pais) permanece ali⁴. Deve-se notar que o nível educacional influi de duas maneiras opostas sobre o envio de remessas: por um lado, os emigrantes mais educados (nível universitário) tendem a mandar remessas menores do que os que têm apenas nível secundário, provavelmente porque suas famílias têm nível de renda mais alto; por outro lado, há uma correlação positiva entre os anos de escolaridade e a média mensal de remessas, já que os mais educados costumam ter renda mais elevada. A idade média dos beneficiários de remessas é de 40 anos, e a grande maioria é mulher (76%). Como mais da metade dos beneficiários não tem emprego fixo, as remessas se tornaram a sua principal fonte de renda. De fato, a maioria dos beneficiários de remessas se encontra abaixo da linha de pobreza (64% na Área Metropolitana Centro Ocidente), o que explica que as remessas se destinem essencialmente aos gastos diários (entre 61% e 68%), ou seja, alimentos, aluguel ou pagamento de serviços. O dinheiro recebido também serve para financiar a educação e a saúde (entre 10% e 15%, cada uma), para criar novos negócios (entre 4% e 7%), para poupar (entre 4% e 6%) ou para comprar moradia (entre 3% e 5%).

No total, o aumento em massa de remessas para a Colômbia nos últimos anos contribuiu para melhorar de maneira significativa as condições de vida das famílias beneficiárias, graças a um aumento do poder aquisitivo que lhes permitiu ter acesso a mais opções de produtos de consumo e de serviços de saúde e educação. Nesse aspecto, é inegável que o impacto é positivo para os domicílios que se beneficiam de maneira estável dessa renda suplementar. No nível do país, por outro lado, os efeitos não são tão claros. É possível que as remessas contribuam para o financiamento do desenvolvimento colombiano? Podem esses fluxos de capital contribuir para reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida de toda a população? Ou, ao contrário, existiria aí um risco de dependência em relação a esses fluxos capaz de prejudicar a economia no longo prazo?

³ Gaviria e Mejía (2005) elaboram, em particular, um índice de “colombianidade” (ou transnacionalismo), que permite medir os vínculos dos emigrantes com a Colômbia. Consta de seis variáveis binárias: a pessoa pertence a uma associação de colombianos no exterior; envia remessas; recebe bens da Colômbia; continua afiliada a um fundo de pensões no país; se comunica por telefone com a Colômbia pelo menos duas vezes por semana; se mantém informada sobre a Colômbia pela televisão.

⁴ A literatura sobre remessas em geral distingue entre dois tipos de motivações. Por um lado há motivações baseadas no altruísmo, ou seja, os migrantes sentem que têm um compromisso com os membros da sua família. A migração é então considerada uma decisão familiar. Por outro lado, as remessas correspondem a uma estratégia de repartição do risco (*risk sharing*). Nesse caso, o envio de remessas se insere em uma lógica mais individualista, onde o migrante espera que a sua família o ajude em caso de mudança na conjuntura, sobretudo se perder o emprego. Na realidade, o mais provável é que as remessas correspondam a uma combinação de altruísmo e interesse individual.

III

Balanço das remessas na economia colombiana

As remessas afetam um grande número de participantes (remetentes, beneficiários, intermediários, autoridades públicas, etc.) e, portanto têm múltiplas implicações sobre a economia e a sociedade. Além dos componentes tradicionais da demanda agregada, a chegada em massa de capitais pode ter repercussões nos preços e na taxa de câmbio, na formação do capital humano e social, assim como na redistribuição da renda. As remessas também apresentam um desafio para as instituições financeiras que buscam captar esses recursos, e para as autoridades públicas que devem procurar maximizar os lucros e minimizar os custos, tanto diretos como indiretos, desses fluxos.

1. Demanda interna

Uma das principais críticas que se costuma fazer às remessas é que se concentram essencialmente no consumo de bens de primeira necessidade, e não se destinam a gastos produtivos. Ou seja, afirma-se que o fato de que os beneficiários tenham uma taxa de poupança muito baixa e que não usem o dinheiro recebido para investir em projetos empresariais, então não favoreceria o desenvolvimento da economia no longo prazo. Note-se, porém, que a estrutura de gastos das famílias que recebem remessas é semelhante à da maioria dos domicílios colombianos e, naturalmente, não tem nada a ver com as remessas em si, mas sim com as condições de vida dos colombianos em geral. Além disso, parece incoerente criticar o uso que as famílias fazem das remessas quando, justamente, a principal razão pela qual os emigrantes mandam dinheiro é cobrir as necessidades básicas da família.

É importante ressaltar que as remessas, ao contribuírem para o aumento do consumo, isto é, da demanda agregada, têm um efeito multiplicador sobre o PIB. De fato, os gastos realizados pelos domicílios beneficiários de remessas estimulam a demanda em diversos setores da economia, e esses, por sua vez, aumentam seus gastos, de maneira tal que o impulso sobre a atividade econômica é mais que proporcional ao inicial. Sabendo que na Colômbia a propensão à poupança dos domicílios beneficiários de remessas é de cerca de 5% (Garay e Rodríguez, 2005), o efeito multiplicador desses fluxos de dinheiro é muito significativo. Contudo, na medida em que o processo

de abertura comercial já está bem avançado, uma parte da demanda se dirige para o consumo de produtos importados, reduzindo assim o efeito multiplicador das remessas⁵.

Um setor que foi particularmente beneficiado pela entrada de remessas é o da construção civil —por um lado, graças à aquisição de moradias pelas famílias dos emigrantes e, por outro, mediante o investimento direto realizado na Colômbia por alguns colombianos emigrados. Entre 1995 e 2005, o índice de custos da construção de moradias cresceu 181%, enquanto a taxa de inflação baixou 75% (de 19,5% em 1995 para 4,9% em 2005), evidenciando a forte demanda registrada no setor.

Nesse aspecto, as feiras de imóveis realizadas nas principais cidades estrangeiras onde se encontram os colombianos, como as de setembro de 2005 e outubro de 2006 em Nova York, de abril de 2006 em Miami e de março de 2006 e abril de 2007 em Madri⁶, são uma boa maneira de conectar os emigrantes com o mercado imobiliário colombiano.

As remessas também contribuíram para a criação de microempresas no país, já que os problemas de acesso ao crédito das famílias de baixa renda são mitigados pelo aporte financeiro dos emigrantes. Em especial, as remessas permitem comprar bens de capital, tais como ferramentas, que dão impulso às pequenas empresas. Contudo, a experiência mostra que a maioria dessas microempresas se insere em uma lógica de subsistência, pertencem ao setor informal e

⁵ O efeito multiplicador das remessas pode ser calculado da seguinte maneira:

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - c + m} \Delta R$$

onde ΔY é a variação do produto gerada pelas remessas, ΔR corresponde a alterações no fluxo de remessas que entram na economia, c é a propensão marginal ao consumo e m é a propensão marginal da economia à importação.

⁶ As feiras de moradia, organizadas pela Câmara Colombiana da Construção (CAMACOL), visam orientar as remessas para o investimento no setor de construção e imobiliário. Elas reúnem, por um lado, as comunidades colombianas residentes na área da feira e, por outro, as construtoras e incorporadoras imobiliárias, assim como entidades financeiras. Essas feiras têm o apoio da OIM, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial. Para mais detalhes, consultar: <http://www.camacol.org.co/htm/index.asp>

têm uma vida relativamente curta. Um dos principais obstáculos à criação de empresas por parte dos beneficiários das remessas é a falta de experiência. Assim, é necessário que o Estado ofereça assistência técnica, informações sobre financiamento e também capacitação. Os programas de formação podem inclusive ser dirigidos aos próprios emigrantes, para estimular o seu retorno⁷.

A entrada em massa de remessas também contribuiu para o desenvolvimento de uma série de atividades direta ou indiretamente relacionadas a elas. Em especial, é bem claro que a rápida expansão dos negócios de transferência e câmbio de dinheiro se relaciona com o fenômeno migratório. Por exemplo, o número de firmas de transferências internacionais que têm a *Western Union* como agente comercial subiu de oito em 1996 para 112 em 2006. Também o setor de transportes aéreos, incluindo as linhas aéreas e agências de viagem, cresceu consideravelmente nos últimos anos devido ao aumento do número de colombianos no exterior. Aqui é importante destacar que grande parte dos novos migrantes viaja graças ao apoio financeiro de algum familiar no exterior, que assume parcial ou totalmente os gastos de transporte, em uma lógica de cadeia migratória⁸.

Embora haja um efeito positivo das remessas sobre a atividade econômica, estas acarretam uma grande sensibilidade da economia colombiana em relação aos ciclos migratórios. De fato, existe, logicamente, uma forte correlação entre a taxa de emigração e o montante de remessas. Por isso estas tendem a ter um impacto anticíclico sobre a atividade econômica: quando a economia está em recessão, a taxa de emigração cresce, assim como o montante de remessas, o que contribui para estimular o produto nacional; ao contrário, um período de forte crescimento econômico ocasiona uma redução dos fluxos de emigração e, posteriormente, a menor entrada de remessas, tendo como consequência um retrocesso da

atividade econômica. No caso colombiano, no período 1994-2005, existe uma forte correlação negativa (-0,76) entre as variações cíclicas do PIB e os das remessas, confirmando o caráter anticíclico das remessas. Nesse sentido, a atual reativação da economia colombiana⁹ vem acompanhada de uma diminuição da emigração. Isso significa, no médio prazo, um menor volume de remessas, que poderia contribuir para frear o processo de crescimento.

2. Transações correntes e taxa de câmbio

Supõe-se que as remessas afetam o balanço de transações correntes do país principalmente de três maneiras. Primeiro, a renda das remessas tem um efeito direto sobre a balança de pagamentos, graças à melhora do balanço de itens intangíveis, constituído, basicamente, pelas transferências de dinheiro. Nesse aspecto, as remessas contribuíram para reduzir o desequilíbrio externo da economia colombiana nos últimos anos. Como mostra o Gráfico 4, o déficit registrado em transações correntes entre 1999 e 2006 teria sido pior sem o aporte de dinheiro dos migrantes. De fato, a melhora da conta de transações correntes colombianas registrada entre 2002 e 2004 se deveu, essencialmente, ao aumento das remessas. Sem elas, essa conta teria seguido seu rumo descendente. Da mesma forma, as remessas contribuem para frear a deterioração da conta de transações correntes, observada desde 2004.

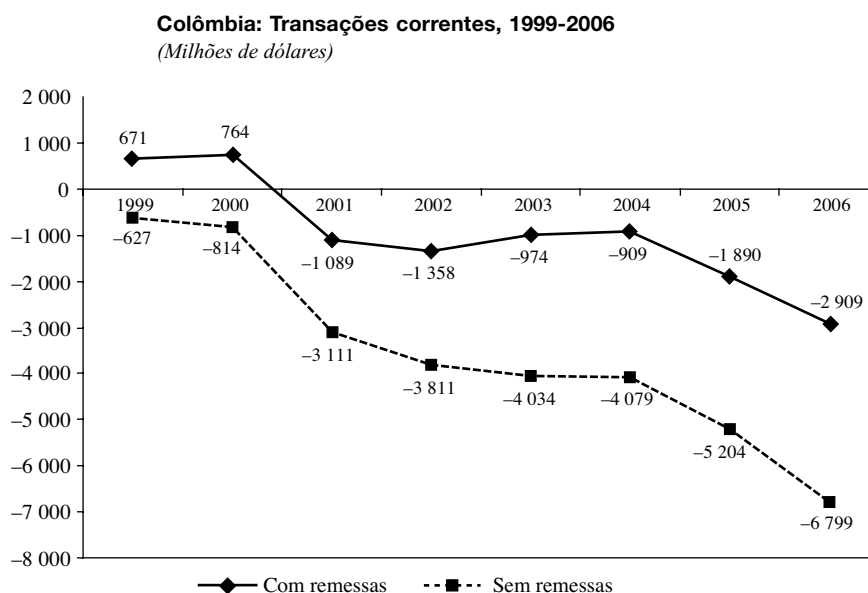
O segundo impacto das remessas sobre as transações correntes se relaciona com as mudanças no comportamento dos consumidores. Os beneficiários das remessas geralmente adotam um consumo ostentoso, com produtos estrangeiros tais como roupas de grife ou aparelhos eletrodomésticos (Terry, 2005). Este comportamento tende a alcançar os vizinhos, que mesmo sem receber remessas, imitam o padrão de consumo dos que as recebem. O resultado desse comportamento de “ostentação” e “imitação” é um aumento das importações, favorecido pela abertura comercial da economia colombiana. Assim, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2005, as importações de bens e serviços cresceram 137,8%, enquanto as exportações aumentaram apenas 91,2%.

⁷ No Brasil, por exemplo, o SEBRAE - Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa, em conjunto com o Banco do Sul, implementou um programa de apoio a empresas fundadas por emigrantes brasileiros de origem japonesa que regressam ao Brasil depois de trabalhar vários anos no Japão.

⁸ A cadeia migratória consiste em um processo acumulativo de migrações baseadas nos vínculos entre os membros de uma família ou de um mesmo lugar de origem. Os primeiros a tentar a experiência de migração contribuem para alimentar os fluxos migratórios, mediante as informações que oferecem quanto às oportunidades existentes no país de recepção, o dinheiro que enviam para custear o transporte dos futuros migrantes, o alojamento e apoio logístico que proporcionam aos novos migrantes, e os contactos que facilitam para a procura de emprego ou o acesso aos serviços sociais.

⁹ Com uma taxa de crescimento do PIB superior a 4% desde 2003 (em 2006 foi de 6,0%), a Colômbia vem obtendo resultados melhores que seus vizinhos latino-americanos (média de 5,3% em 2006). A taxa de desemprego, por sua vez, baixou da média de 17,7% em 2002 para 12,6% em 2006.

GRÁFICO 4



Fonte: Cálculos próprios baseados em dados do Banco de la República.

Por último, as remessas deveriam ter repercussões sobre as transações correntes por meio do seu impacto nas taxas de câmbio (Gráfico 5). De fato, uma entrada em massa de dinheiro deveria gerar uma valorização da moeda nacional, o que pode redundar numa perda de competitividade e, portanto, em piora do saldo em transações correntes (Amuedo-Dorantes e Pozo, 2004). Apresenta-se, então, o risco da “doença holandesa¹⁰” ou seja, um deslocamento da atividade econômica para o setor dos bens não transáveis, devido às dificuldades dos exportadores com a situação. De fato, é provável que a chegada em massa de remessas à Colômbia nos últimos anos tenha contribuído em parte, para a forte valorização da moeda colombiana. Assim, entre março de 2003 e abril de 2007, o peso se valorizou cerca de 28% em relação ao dólar.

Contudo, é difícil estabelecer uma relação direta entre as remessas e a evolução da taxa de câmbio. Em primeiro lugar, embora as remessas venham tendo uma participação crescente nas transações correntes, o petróleo continua sendo o primeiro item

de exportação da Colômbia, e a subida dos preços dessa matéria-prima repercutiram mais na taxa de câmbio do que as remessas. Da mesma forma, o alto volume de investimentos estrangeiros na Colômbia nos últimos anos, especialmente pela compra de empresas colombianas por grandes grupos estrangeiros, contribuiu de maneira muito significativa para a valorização do peso. Além disso, se as remessas fossem responsáveis pela valorização da moeda colombiana, esta já teria ocorrido há muitos anos. Note-se que, como mostra o Gráfico 5, até março de 2003 houve um aumento paralelo das remessas e da taxa de câmbio, contrariando o argumento segundo o qual as remessas afetam a taxa de câmbio. Ao contrário, se poderia afirmar que a depreciação do peso foi um incentivo para enviar remessas, já que cada dólar ou euro enviado se converte em mais dinheiro para as famílias beneficiárias. Parece, pois, que a hipótese de uma “doença holandesa” provocada pelas remessas na Colômbia poderia ser descartada, pelo menos, até o momento.

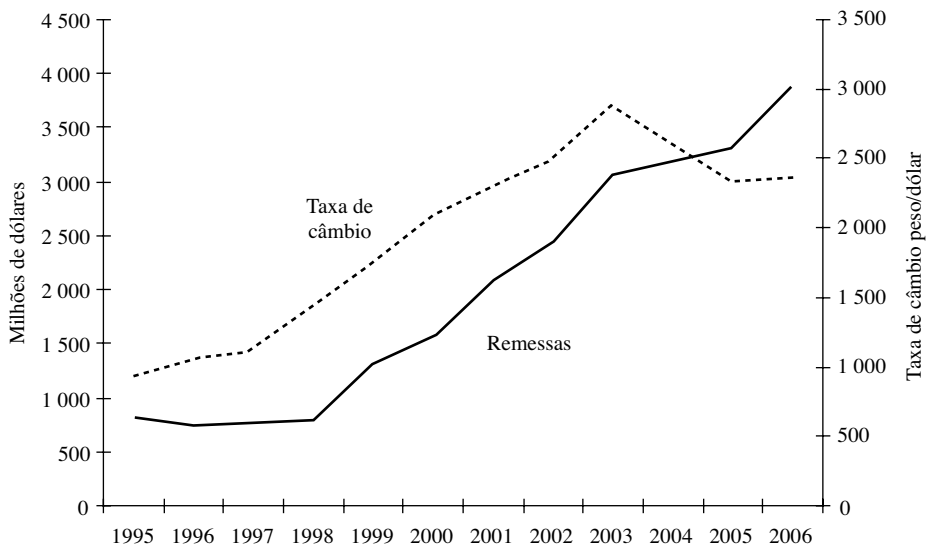
3. Mercado de trabalho

O impacto das remessas sobre o mercado de trabalho é ambíguo. Elas podem levar a uma redução na taxa de desemprego, sem que isso signifique uma melhora na situação geral do emprego no país. As remessas

¹⁰ O nome “doença holandesa” provém das consequências negativas do descobrimento e exploração de gás natural na Holanda nos anos 1960. A entrada em massa de capitais gera um forte excedente comercial, acarretando uma valorização da taxa de câmbio real que afeta a competitividade do setor de bens transáveis. A economia passa a viver de rendas e ocorre uma deformação da estrutura produtiva a favor dos bens não transáveis.

GRÁFICO 5

Colômbia: Taxa de câmbio e remessas, 1995-2006



Fonte: Banco de la República.

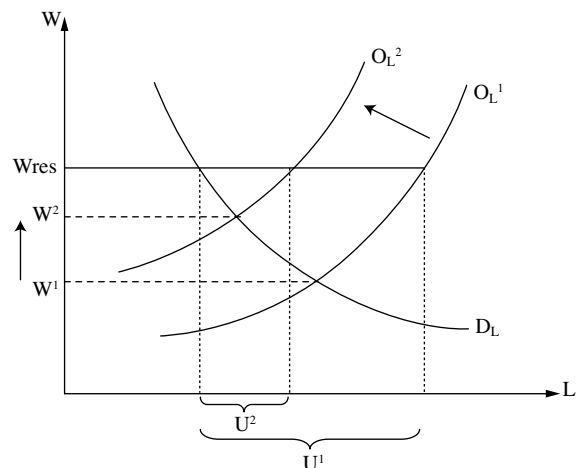
representam uma renda de substituição e resultam num aumento do salário de reserva¹¹. Isso tende a desestimular os beneficiários a procurar emprego, gerando assim uma diminuição do desemprego. De fato, em muitos casos, os montantes recebidos mensalmente (em média entre 585.000 e 680.000 pesos, com o dólar valendo 2.260 pesos em fins de 2006) superam o salário mínimo colombiano (408 000 pesos em 2006). Este fenômeno, de certa forma, gera uma “cultura do ócio”, em particular nas zonas que mais exportam mão-de-obra, como o eixo cafeeiro. Nesse sentido, o fato de que um número cada vez maior de beneficiários tende a retirar-se do mercado de trabalho poderia acarretar uma queda na taxa de desemprego.

Ainda quanto a esse aspecto, o Gráfico 6 mostra como as remessas influem sobre o mercado de trabalho. L representa a quantidade de trabalho e W é o salário real. O_L e D_L correspondem, respectivamente, à oferta e à demanda de trabalho. O salário de equilíbrio sem remessas é W^1 . Supõe-se que o salário de reserva é igual a W^1 . Agora, o que acontece quando entram remessas? O salário de reserva (W_{res}) ultrapassa W^1 . Isso implica que uma parte dos trabalhadores não

encontra trabalho, gerando aumento do desemprego (diferença entre O_L^1 e D_L^1 , ou seja, U^1). Mas as remessas contribuem também para reduzir a oferta de trabalho (deslocamento de O_L^1 para O_L^2 , em razão de uma conjuntura favorável ao ócio). O resultado é uma redução do desemprego (de U^1 para U^2) e

GRÁFICO 6

Impacto das remessas sobre o mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria.

¹¹ O salário de reserva é o salário mínimo que um indivíduo exige para participar do mercado de trabalho.

um aumento nos níveis salariais (de W^1 para W^2). Embora esse aumento corresponda a uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores, também significa um aumento dos custos de produção para as empresas, que pode ter repercussões negativas na competitividade.

A redução da taxa de desemprego registrada na Colômbia desde o ano 2000 (nas sete principais áreas metropolitanas a taxa caiu da média de 20,2% no ano 2000 para 12,6% em 2006) confirma, em parte, a análise anterior. De fato, o processo de emigração em massa ocorrido desde meados dos anos 1990 na Colômbia já havia contribuído para reduzir de maneira significativa os índices de desemprego, seja porque uma parte dos desempregados saiu do país, ou porque os que tinham emprego e decidiram emigrar, por razões de segurança ou em busca de melhores condições de trabalho, deixaram vagos os seus postos de trabalho. A isso se soma o fato de que alguns membros das famílias beneficiárias de remessas, em particular no eixo cafeeiro (Garay e Rodríguez, 2005), decidiram retirar-se do mercado de trabalho, contribuindo assim para a queda da taxa de desemprego no país. Contudo, é difícil determinar precisamente em que medida a redução do desemprego é resultado direto (emigração de parte da população ativa) ou indireto (impacto

das remessas) do processo migratório. Sem dúvida, a recuperação da economia colombiana nos últimos anos também favoreceu o mercado de trabalho. Mas é provável que sem a emigração as taxas de desemprego hoje seriam mais altas.

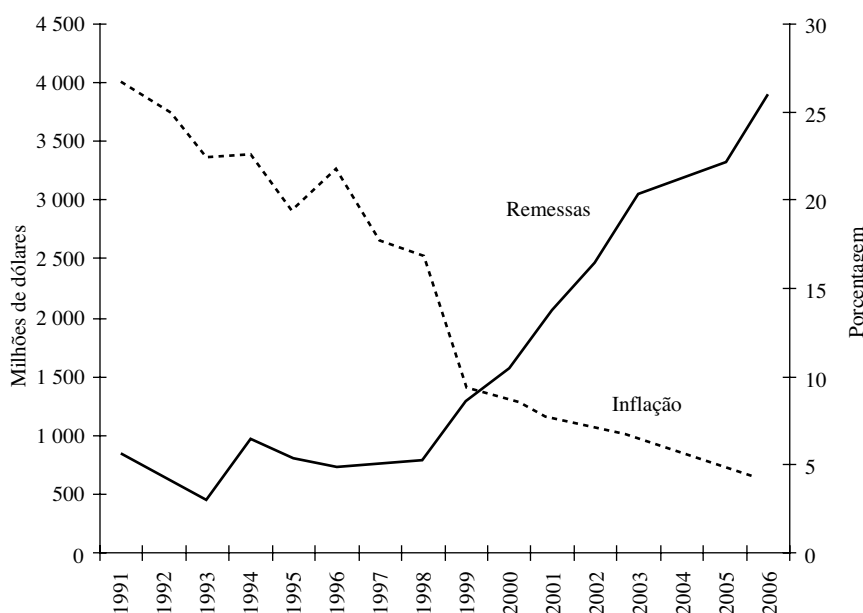
4. Nível de preços

Quanto ao efeito das remessas sobre os preços, existe um forte risco inflacionário. Em primeiro lugar, a entrada de grande quantidade de dinheiro tem impacto direto sobre a massa monetária, pressionando os preços para cima. Além disso, as empresas colombianas que, como mostra o Gráfico 7, sofrem as consequências do aumento dos salários reais —enfrentam a tentação de subir o preço final de seus produtos, ocasionando risco de inflação pelo lado da oferta. Por último, as remessas geram aumento da demanda de bens não transáveis, os quais, por não estarem submetidos à concorrência internacional, são mais suscetíveis de reagir a esse aumento com uma alta nos preços, causando inflação pelo lado da demanda.

Não obstante, cabe destacar que a valorização da moeda colombiana, gerada parcialmente pelas remessas, permite importar mais barato os produtos estrangeiros, contribuindo, assim, para um processo

GRÁFICO 7

Colômbia: Remessas e inflação, 1991-2006



Fonte: Banco de la República.

de deflação importada que compensa parcialmente os efeitos inflacionários das remessas. O *Banco de la República*, em especial, adotou uma política estrita de controle da inflação mediante uma estratégia de metas de inflação (*target inflation*). Isso pode explicar por que, apesar da reativação da atividade econômica e da entrada em massa de remessas, não houve tensões inflacionárias na economia colombiana nos últimos anos, (Gráfico 7).

5. Sistema financeiro

O rápido aumento das remessas na Colômbia despertou o interesse de um número crescente de instituições financeiras atraídas pelas perspectivas de lucros nesse mercado. O resultado é um aumento da concorrência entre casas de câmbio e bancos para captar o dinheiro dos migrantes, concorrência que contribuiu para elevar a competitividade e a eficiência funcional¹² dos intermediários financeiros. Nesse sentido, o aumento da concorrência traz dois tipos de efeitos positivos

¹² A eficiência funcional corresponde à capacidade dos intermediários financeiros de cumprir sua função ao menor custo possível.

para a economia colombiana. Por um lado, a redução dos custos de intermediação representa um lucro líquido para as famílias beneficiárias de remessas. O Quadro 3 mostra a evolução dos custos de envio de remessas da Espanha para a Colômbia, através de diversas casas de câmbio. Esses custos baixaram significativamente na maioria dos casos (11 de 16); em média, a relação entre o custo e o montante enviado caiu de 7,09% em março de 2005 para 6,32% um ano mais tarde, ou seja, uma queda de 10,9% em um ano. Por outro lado, os lucros, em termos de produtividade das instituições cambiais e bancárias, mostram maior competitividade do sistema financeiro colombiano, o que deveria contribuir para estimular o ritmo de acumulação de capital no país.

Outro efeito importante das remessas no sistema financeiro é o aumento do número de colombianos que têm acesso a serviços bancários. O Quadro 4 mostra alguns indicadores da bancarização na Colômbia. Embora o número de contas não tenha aumentado significativamente nos últimos anos, são cada vez mais numerosos os colombianos com cartões bancários, o que explica o rápido crescimento da rede de caixas automáticos (cinco vezes mais caixas em 2004 do que em 1993). Dado que as remessas através dos bancos tendem a ser mais seguras do que por outros canais

QUADRO 3

Custo do envio de remessas da Espanha à Colômbia^a

Company name	March 2005	March 2006
Latinoenvios	6,87	4,16
Giroexpress	7,95	4,73
Unigiros Express	6,99	4,73
Maccorp Exact Change	8,54	4,83
Uno Money Transfers	5,19	4,91
Changepoint	7,63	5,27
United Europhil	6,93	5,37
Master Envíos Unidos	6,27	5,79
Safe Money Transfer Spain	5,12	6,30
Envía Telecomunicaciones	6,69	6,78
Geomil Transfer	8,37	6,93
Foreign Exchange Company	8,30	7,32
Interenvíos Money Transfers	5,81	7,38
Telegiros	7,47	7,82
Cambios Sol	8,39	8,13
R.D. Money Transfer	6,88	1,60
<i>Média</i>	<i>7,09</i>	<i>6,32</i>

Fonte: www.remesas.org

^a Remesas.org publica a cada semestre uma análise dos custos do envio de remessas. Baseia-se em uma consulta realizada entre as firmas remetentes autorizadas pelo Banco de España, mediante perguntas por telefone acerca de uma remessa de 150 euros com destino a Bogotá Norte. O custo do envio corresponde à porcentagem do dinheiro que fica em mãos da firma remetente.

QUADRO 4

Colômbia: Indicadores de Bancarização, 1993-2004

	1993	2000	2004
Contas correntes ativas	2 067 629	1 970 623	2 203 390
Contas de poupança ativas	...	12 893 804	12 893 263
Cartões de débito ativos	3 500 000	7 925 022	10 277 353
Cartões de crédito ativos	1 200 000	1 9442 17	2 812 228
Número de caixas automáticos	1 207	3 874	5 520

Fonte: Caballero, Lizarazo e Urrutia (2005).

formais, há uma tendência para um maior grau de bancarização das famílias beneficiárias.

Contudo, ainda existem numerosos limites à “democracia financeira”, isto é, para um maior acesso da população aos serviços oferecidos pelas instituições financeiras (Terry, 2005). Em particular, o nível de bancarização continua sendo limitado na Colômbia,¹³ sobretudo para as famílias mais pobres, que em geral ainda recebem as remessas pelas casas de câmbio ou por diversos canais informais. Nesse sentido, a participação do Banco da República no processo de envio das remessas, a exemplo do que faz o Banco de México, poderia contribuir para aumentar o nível de bancarização e reduzir os custos de envio das remessas.¹⁴ Parece também desejável organizar campanhas de educação financeira entre as famílias beneficiárias, para que compreendam como é importante que elas utilizem os serviços

oferecidos pelas entidades bancárias. Também é preciso melhorar a informação quanto ao funcionamento do mercado de remessas, para que os diferentes agentes conheçam melhor a legislação vigente, as entidades envolvidas e os serviços prestados. A melhora nas informações também é um requisito para que haja maior transparência no sistema financeiro e, portanto, maior confiança no sistema. Isso deveria contribuir para o aumento do grau de bancarização, condição fundamental para transformar as remessas poupadas em investimentos produtivos.

Finalmente, a entrada em massa de remessas na Colômbia coloca o delicado problema da lavagem de dinheiro ilícito. De fato, os narcotraficantes desenvolveram uma técnica de lavagem conhecida como “*pitufeo*”. A operação consiste em mandar uma grande quantidade de dinheiro através de múltiplas transações com montantes inferiores às quantidades máximas permitidas pelas autoridades monetárias, a fim de evadir os controles. As transferências internacionais são feitas a favor de vários beneficiários, que recebem uma comissão. Sem dúvida é difícil distinguir entre as remessas familiares e essas operações de “*pitufeo*”. No entanto, é provável que esse tipo de transação seja limitado, dado que implica a coordenação de numerosos cúmplices e exige diversificar sempre os beneficiários para não despertar suspeitas (Cadena e Cárdenas, 2004). Além disso, as autoridades monetárias (Banco da República) e financeiras (Superintendência Financeira), através do Sistema para a Prevenção e Controle do Lavado de Ativos (SIPLA) e da Unidade de Informação e Análise Financeira (UIAF), implementaram medidas de regulamentação e supervisão do sistema financeiro que permitem restringir fortemente o risco de lavagem através das transferências internacionais.

6. Finanças públicas

Apesar da eliminação em 2005 do imposto de retenção na fonte sobre as transferências internacionais,

¹³ Em 2003 havia 9,6 caixas automáticos por cada 100.000 habitantes na Colômbia. Para fins de comparação, a taxa para outros países latino-americanos era de 5,9 no Peru, 6,3 no Equador, 12,8 na Costa Rica, 14,9 na Argentina, 16,6 no México e na Venezuela, 17,8 no Brasil, 20,2 na Guatemala e 24,0 no Chile. Nos países industrializados, a taxa era de 42,5 no Reino Unido, 67,2 na Itália, 70,3 na França, 113,8 no Japão, 120,9 nos Estados Unidos e 126,6 na Espanha (Beck, Demirgüç-Kunt e Martínez Peria, 2005).

¹⁴ O sistema FedACH (*Federal Reserve Automated Clearing House*) baseia-se na cooperação entre a Reserva Federal, o banco central estadunidense, e o Banco Central de México. Para mandar dinheiro à família, o remetente se dirige a um banco associado e faz a transação. O banco, por sua vez, utiliza os serviços da Reserva Federal, que transmite o dinheiro recebido ao Banco de México. O banco central mexicano pode então utilizar os bancos locais como intermediários, onde os beneficiários retiram o dinheiro. Esse sistema apresenta várias vantagens (Collazos, Montes e Muñoz, 2005). A taxa de câmbio oferecida é mais vantajosa que a dos intermediários privados, e a comissão pelo envio é menor. Além disso, as operações são mais seguras, já que têm o duplo respaldo da Reserva Federal e do Banco de México. Também, com esse sistema é possível desenvolver mais transparência do que quando participam vários operadores privados. A concentração das transações nas mãos das autoridades monetárias permite gerar economias de escala, de modo que, em última instância, os receptores das remessas são os principais beneficiados na operação.

é provável que as remessas tenham um impacto positivo nas finanças públicas. De fato, as remessas continuam sujeitas a vários impostos. Em primeiro lugar, o imposto sobre o valor agregado (IVA) se aplica às operações cambiais, tornando-as mais caras. Em segundo lugar, há na Colômbia um tributo sobre as movimentações financeiras equivalente a 0,4% das transações, e que afeta os que recebem transferências do exterior. Esse mesmo imposto se aplica cada vez que um agente retira dinheiro da conta. Assim, se um migrante manda dinheiro à família através de um banco deve pagar, além dos custos da transação, o tributo sobre a transação; e quando os beneficiários querem utilizar o dinheiro, pagam mais 0,4%. O resultado dessas taxas é que o Estado vem arrecadando mais impostos, melhorando assim a receita fiscal.

Cabe notar que a existência desses tributos implica uma perda para as famílias beneficiárias das remessas e contribui para manter uma parte desses fluxos de dinheiro fora do sistema financeiro oficial. Além disso, o sistema tributário aplicado às remessas tem caráter regressivo, pois a maioria dos beneficiários pertence às classes sociais mais baixas. Assim, os obstáculos tributários têm um custo não só em termos de eficácia econômica como também de justiça social, o que justifica amplamente a sua eliminação ou, pelo menos, sua redução.

Como já mencionado, a entrada em massa de remessas impulsionou tanto a demanda interna como as importações, constituindo, assim, uma fonte suplementar de receitas tributárias por meio do IVA, por um lado, e das tarifas alfandegárias, por outro. Além disso, na medida em que a emigração contribui para reduzir o nível de desemprego e que as remessas representam uma forma de proteção social, o Estado deve enfrentar uma carga menor em

termos de resolução dos problemas sociais. Então, o gasto público não precisa crescer tanto como no caso em que não existisse o processo de emigração, favorecendo a redução do déficit fiscal. Assim, entre 1999 e 2004, o déficit do governo nacional central caiu de 6,1% para 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e o do setor público não financeiro caiu de 4,1% para 0,9% do PIB (Quadro 5). Estudos recentes do FMI sobre o impacto das remessas no desenvolvimento dos países beneficiários destacam a existência de potenciais riscos relacionados com o sistema financeiro (Chami, Cosimano e Gapen, 2006). De fato, ao aumentar a liquidez do sistema financeiro, as remessas permitem maior acesso ao capital estrangeiro, diminuindo assim o custo do endividamento externo. Ao mesmo tempo, a maior liquidez acarreta um fenômeno de risco moral, já que as facilidades de crédito proporcionadas pelo fluxo de remessas podem converter-se em um nível crescente de dívida pública. No futuro a economia colombiana poderia ver-se afetada por esses mecanismos.

7. Capital humano e social

Uma das consequências positivas das remessas sobre o desenvolvimento da Colômbia é seu impacto no capital humano (Kugler, 2006). Uma parte significativa do dinheiro recebido serve para financiar os gastos de educação e saúde da nação. Muitas crianças podem prosseguir seus estudos e numerosas famílias pobres podem pagar pelos serviços de saúde graças ao apoio financeiro de um familiar no exterior. Da mesma forma, as remessas coletivas, ou seja, os fundos reunidos pelas associações de emigrantes ou enviados por meio de redes comunitárias na internet permitem financiar projetos de grande escala, em particular de

QUADRO 5

Colômbia: Evolução das finanças públicas, 1996-2004

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Déficit fiscal (em porcentagens do PIB)									
- Governo nacional central	-3,4	-3,7	-4,8	-6,1	-5,4	-5,3	-4,9	-4,7	-4,3
- Setor público não financeiro	-1,7	-2,8	-3,7	-4,1	-4,0	-4,1	-3,5	-2,6	-0,9
Dívida externa bruta total									
- Em milhões de dólares	31 114	34 409	36 681	36 733	36 130	39 109	37 336	38 065	39 460
- Em porcentagens das exportações	236	242	273	263	229	260	263	242	202

Fonte: CEPAL (2005).

infraestrutura e educação. Nesse sentido, a experiência da *Conexión Colombia*¹⁵, uma organização não governamental (ONG) que visa canalizar, através da internet, o dinheiro dos emigrantes colombianos para programas educativos, sanitários ou culturais, exemplifica o impacto que podem ter essas remessas em matéria de investimentos sociais. Além disso, esse tipo de organização contribui para o desenvolvimento do capital social¹⁶, incentivando a implementação de redes transnacionais (Guarnizo, 2003). Cabe notar que não existem experiências de cooperação entre o governo colombiano e as associações de migrantes como existem no México, com o Programa *Iniciativa Ciudadana 3x1*¹⁷, ou em El Salvador, com o programa *Unidos por la Solidaridad*¹⁸.

É importante ressaltar que as remessas constituem a contrapartida dos custos associados ao processo de emigração. Assim, o fato de que vários milhões de colombianos tenham deixado o país significa uma perda líquida de capital humano, expressa não só a fuga de cérebros, como também de braços. De fato,

¹⁵ *Conexión Colombia* funciona através de uma página web: <http://conexionColombia.terra.com.co/index.jsp>. Tem dois objetivos: em primeiro lugar, reforçar o vínculo entre os colombianos residentes no exterior e também com o país de origem, divulgando artigos sobre a atualidade na Colômbia, apresentando relatos de emigrantes e administrando um fórum de discussões; em segundo lugar, criar um canal seguro para financiar o desenvolvimento da Colômbia com o dinheiro dos emigrantes, através de fundações sem fins de lucro. Entre dezembro de 2003 e dezembro de 2005, a ONG *Conexión Colombia* permitiu a canalização de US\$ 2 milhões para 22 fundações e outros projetos especiais.

¹⁶ Segundo Coleman (1990), o capital social é um bem coletivo (*public good*) que incorpora as relações de confiança entre os diversos membros da sociedade. Manifesta-se, em especial, através do respeito pelos compromissos coletivos, levando a maior coesão social. O capital social tem um impacto positivo sobre outras formas de capital, como o humano ou o financeiro.

¹⁷ O Programa *Iniciativa Ciudadana 3x1* foi implementado no México a partir de 2002: para cada dólar que as associações de mexicanos residentes no exterior investem em um projeto de desenvolvimento local, as autoridades públicas investem três mais. Um dólar vem do governo federal, outro do estado e o terceiro do município onde se realiza o projeto. O Programa 3x1 contribui para financiar uma grande variedade de projetos (Vásquez Mota, 2005) de cunho social (lares para idosos ou portadores de deficiências, centros de saúde...), educativo (escolas, bibliotecas...), cultural (museus, centros culturais...) e de infraestrutura (pavimentação, eletrificação, rede de esgotos...).

¹⁸ O programa salvadorenho *Unidos por la Solidaridad* visa coordenar os esforços do governo, das prefeituras, do setor privado e dos clubes de salvadorenhos no exterior a fim de lutar contra a pobreza. O dinheiro contribuído pelos vários participantes do programa é administrado pelo *Fondo de Inversión Social para el Desarrollo Local de El Salvador* (FISDL), que se encarrega de distribuir os recursos mediante convocação aberta às comunidades locais. Esse programa permitiu direcionar as remessas que chegam a El Salvador para projetos de investimento local e contribuiu para aumentar a cobertura de serviços sociais básicos, assim como a infraestrutura.

o crescimento econômico requer tanto mão-de-obra qualificada como não qualificada, e atualmente a Colômbia está perdendo nos dois aspectos. A fuga de cérebros decerto é mais preocupante no momento, já que significa que parte do investimento realizado em educação sai do país¹⁹. Em muitos casos, essa perda é definitiva, pois a maioria dos estudantes e profissionais que saem da Colômbia se fixa no país de recepção²⁰. De fato, hoje em dia não há incentivos suficientes para atrair de volta para a Colômbia os talentos nacionais.

Outro problema associado à emigração e às remessas é o fato de que em muitos casos os emigrantes são pais e/ou mães de família que precisaram deixar os filhos com os avós ou tios para poder sair em busca de melhores condições de vida no exterior. Embora o dinheiro que mandam à família sirva, em muitos casos, para financiar os estudos dos filhos, estes não deixam de sentirem-se abandonados pelos pais. As pesquisas já realizadas sobre o assunto, em particular no eixo cafeeiro colombiano (Garay e Rodríguez, 2005), mostram que as crianças cujos pais estão no exterior têm menor rendimento escolar e tendem a adotar comportamentos violentos. Entram com mais frequência em gangues e podem tornar-se delinquentes. Dessa perspectiva, é possível afirmar que um custo colateral das remessas é uma deterioração do capital social. De fato, dado que a família constitui uma iniciação à vida em sociedade, representa um componente essencial do capital social (Wilson, 1993). A separação das famílias constitui um fator de perturbação para as crianças afetadas, que pode ocasionar um aumento dos comportamentos delituosos.

8. Pobreza e desigualdade

Além do impacto sobre a demanda agregada, as remessas também desempenham um papel no âmbito social. De fato, muitos beneficiários estão abaixo

¹⁹ Beine, Docquier e Rapoport (2001) consideram que a fuga de cérebros pode contribuir para aumentar o nível do capital humano nos países de origem, na medida em que cria um incentivo para continuar estudando e aproveitar melhores oportunidades de emprego no estrangeiro. Como só uma parte da mão de obra qualificada vai emigrar, o resultado final é um nível de capital humano superior ao existente antes do processo de fuga de cérebros. Contudo, os estudos empíricos mostram que a relação positiva entre a saída de mão de obra qualificada e o aumento dos investimentos em educação só se aplica em um número limitado de casos (Schiff, 2006).

²⁰ A probabilidade de encontrar latino-americanos com educação secundária ou superior nos Estados Unidos é 2,5 vezes maior do que em seus países de origem (Kapur, 2005).

da linha de pobreza e essa contribuição monetária lhes permite viver em melhores condições. Assim, Garay e Rodríguez (2005) mostram que quando se exclui as remessas da renda da população da Área Metropolitana Centro Ocidente, os níveis de pobreza e indigência sobem, respectivamente, de 59,4% para 64,3% e de 30% para 34,9%. Em especial, as remessas permitem financiar a proteção social dos mais pobres, e com geralmente representam a única renda de muitos aposentados que não pertencem ao sistema nacional de pensões. Além disso, as remessas constituem uma forma de seguro contra choques econômicos, ou seja, a queda inesperada da renda familiar, pois as somas de dinheiro mandadas pelos emigrantes tendem a ser estáveis ao longo do tempo.

Nesse sentido, as remessas contribuem para reduzir a pobreza de maneira muito mais eficaz do que a ajuda para o desenvolvimento, pois vão diretamente dirigidas para as famílias que mais a necessitam, sem passar por todos os canais de intermediação geralmente utilizados pela cooperação internacional (Terry, 2005). De fato, tanto os remetentes como os beneficiários têm mais incentivo do que os atores públicos para otimizar o uso dos fundos remetidos. E diferentemente da ajuda para o desenvolvimento, as remessas intrafamiliares são herméticas aos fenômenos de corrupção.

Contudo, a chegada regular de transferências procedentes do exterior também apresenta uma série de problemas. Em primeiro lugar, as remessas tendem a produzir uma dependência financeira que pode colocar as famílias beneficiárias em dificuldades quando os familiares no exterior param de enviar dinheiro, seja de maneira circunstancial ou definitiva. Em segundo lugar, as remessas podem ampliar as desigualdades, tanto sociais como geográficas. De fato, o processo de emigração se dá basicamente nas classes médio-baixas, e não tanto nas famílias mais pobres, sem recursos financeiros para empreender a viagem ao exterior. O resultado é uma ampliação da disparidade social entre as famílias beneficiárias de remessas e as demais. Também se observa que os emigrantes não provêm das zonas mais pobres do país, como Chocó, Cauca ou Nariño, mas sim das mais industrializadas como Bogotá, Antioquia, com a cidade de Medellín, ou Valle del Cauca, com Cali (Khoudour-Castéras, 2007a). As remessas se concentram nestas últimas zonas, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades geográficas.

Finalmente, o balanço das remessas é ambíguo (Quadro 6). Embora possam contribuir, sob certas condições, para consolidar a atividade econômica e melhorar a situação social, também apresentam riscos que no longo prazo poderiam ser nefastos para o desenvolvimento da Colômbia. E principalmente porque, apesar do grande volume de fluxos, o impacto total tende a ser muito limitado. Dividindo o montante total das remessas oficiais recebidas em 2005 (US\$ 3.314 milhões) pelo número de habitantes (41,2 milhões) se obtêm 22 centavos de dólar diários, ou seja, uma quinta parte do montante fixado pelo Banco Mundial como pobreza extrema (um dólar por dia). Em caso algum, portanto, um modelo de desenvolvimento deveria depender dos aportes financeiros dos migrantes.

Isso não significa que o dinheiro das remessas não possa ser utilizado para impulsionar o desenvolvimento. Ao contrário, é importante recorrer à experiência oferecida pelas boas práticas internacionais para que a Colômbia adote políticas públicas que permitam aproveitar esse maná financeiro. Nessa perspectiva, a eliminação do imposto de retenção na fonte sobre as transferências internacionais, a implementação do Cartão de Registro Consular nos Estados Unidos²¹, a organização de várias feiras de habitação nos Estados Unidos e na Espanha ou o desenvolvimento de cursos virtuais de capacitação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) para os colombianos no exterior vão em boa direção. Em todo caso, as remessas não devem se tornar um objetivo, mas sim, um instrumento da política pública. De fato, não se deve esquecer que as remessas pertencem aos migrantes e à suas famílias. As remessas são o resultado de muitos esforços e sacrifícios e seria uma ilusão pensar que o Estado pode apropriar-se delas.

²¹ O cartão de Registro Consular é fornecido pelos consulados da Colômbia nos Estados Unidos (Atlanta, Boston, Chicago, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington) e reconhecido por muitas instituições públicas e privadas estadunidenses. Contém várias medidas de proteção para evitar falsificações. É um documento bilíngue que inclui a foto do migrante, cidade de origem, idade, endereço, o consulado que expediu o registro, as datas de expedição e de vencimento, e o número do registro. Sua principal vantagem é que não inclui dados sobre o *status* migratório do portador e permite aos imigrantes em situação irregular abrir uma conta bancária no local onde residem.

QUADRO 6

Colômbia: efeitos potenciais das remessas

Setor afetado	Efeitos positivos	Efeitos negativos
Demanda interna	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito multiplicador sobre o PIB através do consumo • Reativação do setor da construção • Desenvolvimento de atividades relacionadas com as remessas • Apoio ao investimento (em especial microempresas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte concentração da demanda em gastos não produtivos • Atividade econômica sensível às mudanças nos ciclos migratórios
Transações correntes	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora das transações correntes por meio da balança de intangíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das importações devido a comportamentos de ostentação e imitação • Perda de competitividade devido à valorização da moeda (risco de “doença holandesa”)
Mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do salário de reserva • Aumento dos salários reais (pela redução da oferta de trabalho) • Diminuição da taxa de desemprego (menor proporção de pessoas buscando emprego) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desincentivo ao trabalho (desenvolvimento de uma cultura do ócio)
Nível de preços	<ul style="list-style-type: none"> • Desinflação importada (pela valorização da moeda) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da massa monetária • Aumento da demanda de bens não transáveis • Aumento dos custos de produção (pelo incremento dos salários reais)
Sistema financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da eficiência funcional (maior concorrência entre intermediários financeiros) • Maior grau de bancarização dos beneficiários das remessas 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de lavagem de dinheiro
Finanças públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da arrecadação tributária • Menores gastos sociais • Redução do peso da dívida (maior acesso ao financiamento internacional) 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco moral (nível crescente da dívida pública)
Capital humano e social	<ul style="list-style-type: none"> • Maior investimento em educação e saúde • Organização de redes de migrantes para o envio de remessas coletivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas colaterais: fuga de cérebros e desintegração familiar
Pobreza e desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da pobreza • Renda para os aposentados • Financiamento de projetos sociais pelas associações de emigrantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das desigualdades sociais e geográficas • Forte dependência financeira das famílias beneficiárias • Risco de redução do gasto público na área social (substituído pelas remessas)

Fonte: Elaboração própria.

IV

Conclusão

Hoje em dia, na Colômbia existe uma tendência de considerar a emigração como uma opção de política pública. A saída de uma parte da mão de obra representa, por certo, uma válvula de escape que permite ao Estado omitir-se de suas responsabilidades na área econômica e social. De fato, a emigração leva a uma diminuição do desemprego e as remessas contribuem para estimular a atividade econômica e melhorar a situação da balança de pagamentos. Não obstante, as autoridades públicas não deveriam considerar a emigração como uma solução para os problemas internos. Embora exista um incentivo para estimular a emigração, isto é, exportar os problemas, é preciso buscar soluções no nível interno. A redução do desemprego tem de ser o resultado de uma política ativa de criação de empregos, e não da saída em massa dos desempregados.

Embora as autoridades públicas devam estabelecer como objetivos a redução dos custos de envio das remessas, a promoção da democracia financeira e a canalização das remessas para o investimento produtivo, não deve esquecer que a chave do desenvolvimento é reformas estruturais internas. De fato, a experiência internacional revela que, de modo geral, a emigração não constitui uma solução para o desenvolvimento. Alguns países, como Marrocos, Argélia e inclusive o México, receberam remessas durante várias décadas e, apesar disso, não conseguiram oferecer opções viáveis de desenvolvimento à sua população. Nesse sentido, a emigração se converteu em um processo perverso, dando lugar ao fenômeno das “armadilhas da pobreza”: as falhas das políticas econômicas e sociais se traduzem no

aumento da emigração para os países industrializados, o que, por sua vez, faz com que as autoridades públicas não sintam a necessidade de realizar as reformas necessárias para sair do subdesenvolvimento. Ao contrário, os países que conseguiram decolar economicamente são os que realizaram transformações profundas. Não se pode atribuir o sucesso de países como Irlanda, Espanha ou República da Coreia ao processo de emigração em massa que experimentaram em algum momento da sua história, mas sim à adoção de políticas de desenvolvimento acertadas. O resultado é que esses países, que no passado exportavam sua mão de obra, hoje se transformaram em países onde a imigração supera a emigração.

Esta transformação requer uma nova orientação da política econômica e social. Uma das prioridades das autoridades públicas colombianas tem de ser o crescimento econômico, condição *sine qua non* para manter a força de trabalho no país. Isso exige multiplicar os esforços em matéria de política agrícola e industrial, política de emprego, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, assim como em capital humano. A outra prioridade deve ser o investimento social, já que existe uma relação inversa entre o gasto social e a taxa de emigração (Khoudour-Castéras, 2007b). Para isso, é necessário realizar uma política de redistribuição, o que implica, em particular, uma reforma tributária que leve a maior justiça social. Além disso, já é tempo de que a Colômbia pense em adotar medidas de discriminação positiva orientadas para os grupos populacionais mais vulneráveis da sociedade.

Bibliografia

- Amuedo-Dorantes, C. e S. Pozo (2004): “Workers’ remittances and the real exchange rate: a paradox of gifts”, *World Development*, vol. 32, Nº 8, Amsterdam, Elsevier.
- Beck, Th., A. Demirgüç-Kunt e M.S. Martínez Peria (2005): *Reaching Out: Access to and Use of Banking Services Across Countries*, Policy Research Working Paper, Nº 3754, Washington, D.C., Banco Mundial.
- Beine, M., F. Docquier e H. Rapoport (2001): “Brain drain and economic growth: theory and evidence”, *Journal of Development Economics*, vol. 64, Nº 1, Amsterdam, Elsevier.
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (2006): *Remittances 2005. Promoting Financial Democracy*, Washington, D.C., Fondo Multilateral de Inversiones.
- Caballero, C., D.L. Lizarazo e M. Urrutia (2005): *Desarrollo financiero y desarrollo económico en Colombia*, documento de trabalho, Bogotá, D.C., Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico (CEDE), Universidad de los Andes.
- Cadena, X. e M. Cárdenas (2004): *Las remesas en Colombia: costos de transacción y lavado de dinero*, documento de trabalho, Bogotá, D.C., Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo (FEDESARROLLO).
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2005): *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2005 (LC/G.2292-P)*, Santiago do Chile, dezembro. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.05.II.G.188.

- Chami, R., T. Cosimano e M. Gapen (2006): *Beware of Emigrants Bearing Gifts: Optimal Fiscal and Monetary Policy in the Presence of Remittances*, IMF Working Paper, WP/06/2, Washington, D.C., Fundo Monetário Internacional.
- Coleman, J. (1990): *Foundations of Social Theory*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Collazos, M.M., E. Montes e S. Muñoz (2005): *Estructura de costos de transacción de las remesas de trabajadores en Colombia*, Bogotá, D.C., Banco de la República.
- DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estadística) (2006): *Censo general 2005*, Bogotá, D.C.
- Garay, L.J. e A. Rodríguez (2005): *Estudio sobre migración internacional y remesas en Colombia*, Bogotá, D.C., Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia/ Organização Internacional para as Migrações.
- Gaviria, A. e C. Mejía (2005): “Las varias caras de la diáspora: los nexos de los emigrantes colombianos con su país de origen”, *Documentos CEDE*, N° 29, Bogotá, D.C., Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico (CEDE), Universidad de los Andes.
- Guarnizo, L.E. (2003): “The economics of transnational living”, *International Migration Review*, vol. 37, N° 3, Nova York, Center for Migration Studies of New York.
- Kapur, D. (2005): “Remittances: the new development mantra?”, S.M. Maimbo e D. Ratha (comps.), *Remittances: Development Impact and Future Prospects*, Washington, D.C., Banco Mundial.
- Khoudour-Castéras, D. (2007a): “¿Por qué los colombianos emigran? Un análisis departamental basado en el Censo de 2005”, *Revista de economía institucional*, vol. 9, N° 16, Bogotá, D.C., Universidad Externado de Colombia.
- _____ (2007b): “Welfare state and labor mobility: the impact of Bismarck’s social legislation on German emigration before World War I”, *Journal of Economic History*, vol. 7, N° 3, Nova York, Cambridge University Press.
- Kugler, M. (2006): “Migrant remittances, human capital formation and job creation externalities in Colombia”, *Borradores de economía*, N° 2463, Bogotá, D.C., Banco de la República.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2003): *Informe nacional de desarrollo humano 2003: el conflicto, callejón con salida*, Bogotá, D.C.
- Ratha, D. (2005): “Workers’ remittances: an important and stable source of external development finance”, em S.M. Maimbo e D. Ratha (comps.), *Remittances: Development Impact and Future Prospects*, Washington, D.C., Banco Mundial.
- Schiff, M. (2006): “Brain gain: claims about its size and impact on welfare and growth are greatly exaggerated”, em C. Özden e M. Schiff (comps.), *International Migration, Remittances and the Brain Drain*, Washington, D.C., Banco Mundial/ Palgrave Macmillan.
- Terry, D. (2005): “Para mejorar el impacto de las remesas en el desarrollo”, *Foreign Affairs em espanhol*, vol. 5, N° 3, México, D.F., Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM), julho-setembro.
- Vásquez Mota, J. (2005): “El Programa Iniciativa Ciudadana 3x1: un instrumento para respaldar la inversión social de los inmigrantes mexicanos”, *Foreign Affairs em espanhol*, vol. 5, N° 3, México, D.F., Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM), julho-setembro.
- Wilson, J. (1993): “The family-values debate”, *Commentary*, vol. 95, N° 4, Nova York, abril.